


CLIPPING	Data: 13 de setembro de 2016 (terça-feira)	Responsável: David Martins
 <p>GOIÁS Assessoria de Comunicação Integrada</p>	Veículo: O Popular Caderno: - Editoria: Editor: Repórter: Pablo Santos	Periodicidade: Diário Coluna: - Subcoluna: - Página: http://migre.me/uZjqd

App vai parar na Comissão de Direitos e Prerrogativas

A criação e a utilização do aplicativo Advex, que visa criar um canal entre pessoas que precisam de assessoria jurídica e advogados, é tema de análise na Comissão de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO). Segundo o ouvidor-geral da seccional, Eduardo Scartezini, o aplicativo é uma forma de driblar o Estatuto da Ordem, assim como o Código de Ética. Segundo ele, trata-se de uma contravenção penal por exploração de um serviço que não é nem mesmo inscrito na Ordem. Ele pontua ainda que os próprios advogados cadastrados no aplicativo são passíveis de representações éticas. Até ontem, 302 profissionais estavam cadastrados no aplicativo.

Empresário terá reunião na OAB

Bruno Marçal, advogado e um dos proprietários da NuvemJur, empresa responsável pelo aplicativo, nega que esteja atuando contra o Código de Ética e o Estatuto da OAB e diz que não há indicação de advogados, que podem se inscrever no aplicativo. Bruno deve se reunir na quarta-feira com o tesoureiro da OAB, Roberto Serra, que já foi juiz de Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e conhece a legislação sobre o tema.